

servidores públicos municipais, com a convivência de autoridades e servidores municipais.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 14 de outubro de 2014.

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS**  
Estado de São Paulo

**LEI Nº 6.158**

**DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

*Institui o programa de recuperação permanente dos abrigos e paradas de ônibus e a criação de espaço prioritário para gestantes, idosos e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, na forma que indica e adota outras providências.*

O **Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos**, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Antonio Carlos Mazzetti:

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito do município de Ourinhos o Programa Municipal de Recuperação Permanente dos Abrigos e Paradas de Ônibus Coletivos, com a realização de amplas reformas, cobertura nos abrigos que ainda não possuem e a criação de espaços exclusivos para gestantes, idosos e pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

**§ 1º.** Pelo menos um dos assentos deve ser reservado para pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

**§ 2º.** O formato dos assentos e da cobertura será regulamentado por decreto do Executivo.

**Art. 2º.** O Município está autorizado a realizar convênios ou parceria pública privada com entidades particulares para o custeio e instalação dos pontos, assentos e coberturas, tendo como benefício a possibilidade de instalar propaganda publicitária.

**Art. 3º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

**Art. 4º.** As despesas decorrentes desta Lei deverão ter dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 17 de outubro de 2014.

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**  
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

**RODRIGO DE ALMEIDA LIMA**  
- Secretário Geral Substituto -



**CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS**  
Estado de São Paulo

**LEI Nº 6.159**

**DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

*Institui o Programa de Atendimento Médico, nas creches municipais e conveniadas de Ourinhos e dá outras providências.*

O **Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos**, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Antonio Carlos Mazzetti:

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito do Município de Ourinhos, o Programa de Atendimento Médico, nas creches municipais e conveniadas, que funcionará como um sistema de prevenção de doenças infantis.

**Art. 2º.** Os profissionais incumbidos da consecução do Programa já deverão pertencer ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal.

**Art. 3º.** O Programa será desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, constituída por um médico pediatra, uma enfermeira e uma técnica em enfermagem, a qual prestará os seguintes serviços:

I – Avaliação ponderal (peso e altura);

II – Atualização de vacinas;

III – Orientações preventivas (de diversas doenças) aos professores das creches, os quais poderão posteriormente repassá-las aos pais dos alunos.

**Art. 4º.** As Secretarias Municipais de Educação e de Saúde atuarão em conjunto, com os recursos já previstos no orçamento municipal no sentido de proceder aos estudos necessários para a execução do Programa de que trata esta Lei.

**Art. 5º.** Os atendimentos deverão ocorrer mensalmente, sendo programados em datas específicas, devendo ser comunicados, com antecedência, à direção das creches a serem visitadas.

**Parágrafo único.** Deverão ser afixados, nos murais das creches, cartazes contendo dia e hora do atendimento.

**Art. 6º.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 7º.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 17 de outubro de 2014.

**LUCAS POCAY ALVES DA SILVA**  
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

**RODRIGO DE ALMEIDA LIMA**  
- Secretário Geral Substituto -